

vida mundial

N. 1844 16/1/75

**MOÇAMBIQUE:
A DESCOLONIZAÇÃO PASSA PELA ECONOMIA**



**ELEIÇÕES:
ADIAR
OU NÃO
ADIAR?**

CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 fr. - CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

O "NEGÓCIO" DA SIDERURGIA

PARA CHAMPALIMAUD LER NO AVIÃO

1 — À parte a questão da taxa de lucro dos accionistas, o texto do sr. António Champalimaud apenas merece alguns comentários mais ou menos jocosos, pois, talvez devido à altitude a que terá sido concebido, só raros incautos o terão tomado a sério. O seu tom é obviamente injurioso, lançando caluniosas suspeitas sobre as minhas motivações e propósitos. Mas é não menos evidente que para além do que isso revela de carência de argumentos sólidos esse tom procede de uma obsessão — patente desde há uns anos em sucessivos textos com a mesma origem — em ver a mão sinistra do eng. Torres Campos (e pelos vistos dos seus mal disfarçados agentes) em tudo o que o aflige. Ora isso não é coisa que se trate em tribunal... Bastará apreciar a delirante construção mental que leva o sr. Champalimaud a apresentar o eng. Torres Campos simultaneamente como um laçao de Marcelo Caetano e um agente das mais estalinistas ideias moscovitas!

De qualquer modo, e apenas para tranquilizar os que não me conhecem (e serão quase todos os leitores) e que poderiam ver uma fuga numa sobranceira recusa ao formal desmentido, ele aí vai: não sou nem nunca fui correlegionário (nomeadamente político) do eng. Torres Campos, e nas bem escassas vezes que nos encontrámos nos últimos anos não trocámos uma palavra sequer sobre questões de perto ou de longe relacionadas com a Siderurgia Nacional ou mesmo com siderurgia, em geral.

Mais uma observação prévia: o sr. Champalimaud irritou-se sem razão. Não compreendeu que não era ele próprio o alvo do meu artigo. Fazer de um empreendimento inviável um bom negócio, aproveitando-se das facilidades concedidas por um Governo não é condenável no plano moral ou jurídico: quem eu sentei no banco dos réus foi o "sistema" que tal permite, à custa do dinheiro público (e não do dele...), sem consultar nem prestar contas a



ninguém. E bem se sabe que não foi ele o único assim contemplado. A questão não é moral, é política.

2 — O sr. Champalimaud gaba a clarividência do Estado salazarista, quando ninguém lhe pedia tanto. De facto, os governantes de então terão, segundo ele, sabido inteligentemente vergar-se à excelência das suas (dele) concepções em matéria siderúrgica e adoptar um planeamento liberal, tipo francês, por oposição ao planeamento centralizado, tipo soviético. E aqui vale a pena destacar duas:

"Contudo, favores do Governo nunca os recebemos, até porque, quanto mais não fosse, era eu que me encontrava à frente do empreendimento!" (o ponto de exclamação é meu, e claro) Já então perseguido,

caramba! Essa mania vem então de mais longe do que poderíamos supor. Ou terá o nosso homem razão? Não terão sido os mais humildes e desprotegidos, os trabalhadores, ou mesmo o incógnito pequeno empresário ali da esquina, os grandes favoritos do Poder fascista na distribuição das suas benesses? Entramos decididamente no campo do humor — infelizmente bem negro. E sem que o sr. Champalimaud chegue a negar (e como poderia?) o protecçãoismo absolutamente excepcional de que beneficiou a sua rasgada iniciativa. Limita-se a achá-lo natural, e nisso estamos todos de acordo: estão mais que demonstradas as íntimas ligações de mútuo apoio entre os regimes fascistas e o grande capital, e o caso português não constitui excepção.



Quanto ao tipo de planeamento adoptado: "Valha-nos isso, pois é bem verdade que o cidadão francês se enriqueceu entretanto incomparavelmente mais do que o russo!" (idem citação anterior) Valha-nos? Terá valido, e seria ponto a discutir, ao cidadão francês! Mas ao português? Valeu assim de tanto a concepção adoptada para os Planos de Fomento? Novo sorriso, já próximo do riso aberto, para o atento leitor que bem sabe que tais Planos, precisamente porque ninguém se obrigava a cumpri-los, nunca passaram de meros exercícios "para inglês ver", enquanto os grandes grupos se iam concentrando cada vez mais e acumulando lucros com total liberdade de acção e apoio governamental. Entretanto, 1 milhão de portugueses ia até França colher umas migalhas dos resultados do Plano francês. Se calhar era a isto que o sr. Champalimaud se estava a referir...

3 — "É sabido que ela (Siderurgia Nacional) tem remunerado melhor os seus trabalhadores do que os seus accionistas!" (justifica-se, não?) Aqui já se torna impossível conter a gargalhada franca. Como comentário, basta-me admitir que os trabalhadores da Siderurgia Nacional não deixarão de querer saber quanto tem sido a remuneração de cada accionista por hora de trabalho e, já agora, quem são — (pois

decerto nunca os viram nos seus postos de trabalho...). A isto, aliás, darei umas achegas mais adiante.

Outra muito oportuna observação do sr. Champalimaud é aquela em que se refere à miragem, por parte dos candidatos a administradores de empresas públicas, de "honorários e gratificações constantes", ainda que se cometam "erros e desvios", que falem "o saber e o engenho". Também neste ponto os trabalhadores da Siderurgia acharão, por certo, algo picantes tais afirmações, quando se sabe que há bem pouco tiveram as instalações fabris durante quatro dias totalmente por sua conta, justamente por considerarem que os engenheiros e gestores do sr. Champalimaud não mereciam as elevadas "gratificações especiais" (que atingiam 50 e 60 contos por cabeça) com que ele entendia brindá-los. Ora os trabalhadores bem sabem que não eram "o saber e o engenho" que assim eram gratificados (pois com eles lidam diariamente), mas sim a sua função de enquadramento e controlo disciplinar. Certamente indispensáveis para o estudo de novas tecnologias e de novos investimentos, bem como na fase de arranque de instalações, todos os engenheiros têm consciência de quão pouco produtivo é o seu trabalho numa grande empresa em laboração normal (e o sr. Champalimaud

também o sabe, visto que despediu 13 de uma penada em 1964 — e seria interessante, a propósito, que nos explicasse o porquê de atitude tão pouco comum — sem que a produção se tivesse ressentido). Isto é, não é a "produtividade" do seu trabalho que está na base das "gratificações especiais" — e foi isso mesmo que os trabalhadores entenderam demonstrar.

4 — Ficamos cientes de que o sr. Champalimaud é contra as mini-siderurgias. É, antes, partidário das "siderurgias em miniatura", de que é exemplo típico o Seixal. Explico, para os não iniciados (sem pretender ares de "professor"...). Até há poucos anos, a concepção normal de uma unidade siderúrgica era do tipo que hoje se designa por "siderurgia integrada", em que o minério de ferro era reduzido por choque num alto-forno, a gusa produzida neste é transformada em aço numa aciaria (convertidores, fornos Siemens-Martin, etc.), e o aço em lingotes enfim passado a uma laminagem onde lhe era dada a forma final (varão para betão, perfis comerciais, carris, chapa, etc.). A tendência para cada vez maiores produtividades e baixos custos de produção tem vindo a aumentar gradualmente a capacidade "mínima económica" de tais instalações. Em 1960 esta dimensão já era da ordem de 1 milhão de toneladas/ano de aço bruto. Hoje anda pelos 3-4 milhões t/ano, estando o Japão a construir unidades da ordem dos 10 milhões t/ano. Ora a unidade do Seixal, que obedeceu a esta concepção (que era a única na altura), arrancou em 1961 com 150 000 t/ano, hoje anda pelas 400 000 t/ano. É, pois, sem sombra de dúvida nem margem para controvérsias, uma siderurgia em miniatura. Mini-siderurgia é a designação que tem sido aplicada a uma concepção distinta e mais recente, em que, por dispensar o alto-forno, se tornam "rendíveis" unidades de muito menor capacidade. Neste caso o minério (bruto ou "paletizado") é submetido a uma "redução directa" por acção de um redutor geralmente gasoso, o material sólido resultante (substancial diferença em relação ao alto-forno, de que sai gusa líquida) alimenta directamente fornos eléctricos. O vazamento em lingotes é substituído por um vazamento contínuo — técnica aliás já hoje muito corrente nas siderurgias integradas, p. ex. no Seixal —, que permite economizar no investimento a realizar na laminagem. Ora, espante-se quem quiser, é precisamente esta a concepção que o sr. Champalimaud adoptou para a sua unidade no Porto.

Começou por ser uma miniaciaria (em que o forno eléctrico trabalha a sucata), tal como a que já tem há uns anos em Angola, e agora veja-se o que diz o último relatório da empresa: "A fábrica da Maia foi também projectada e a sua aciaria é realizada para poder incorporar uma redução directa de minério que lhe permita aliviar-se da dependência de sucatas, ora escassa. Esta instalação, em estudo, requer ensaios e esclarecimentos das conveniências relativas a matérias-primas e agentes redutores." O que me leva a crer, portanto, que muito antes da "mini-siderurgia do sr. Martins Pereira" teremos a "mini-siderurgia do sr. Champalimaud"...

Quanto à grandiosa expansão, que o MDE/S (com números certamente dados pela S.N.) estimava em 18 milhões de contos e que eu me aventurei a prever como "mais de 20 milhões", vem agora o sr. Champalimaud dizer-nos que são 36 milhões! Só para dar uma ideia, é um número da ordem do que tem sido o "investimento total em capital fixo" em

toda a economia portuguesa nos últimos anos. Aplicá-los num único empreendimento, o do dito senhor, poderá para ele ser considerado como o "ideal para a Nação", mas convenhamos que é, pelo menos, discutível...

5 — Falemos, enfim, de "coisas sérias": a taxa de lucro dos accionistas. Aqui terei de ser um pouco mais longo, mas creio tratar-se de discussão bastante instrutiva.

O sr. Champalimaud, que se diz professor, parece ser daqueles que se compraz em baralhar as ideias dos alunos. Começo pois por chamar a atenção destes para o que ele diz: "Para os accionistas a rentabilidade média dos capitais investidos foi até agora de 6,18 por cento ao ano, ilíquido de imposto e taxa de risco." O sublinhado é meu, e é importante. Passemos sobre o "ilíquido de imposto" (deve referir-se ao imposto sobre os dividendos distribuídos, pois como se sabe a S.N. está praticamente isenta de impostos) e a "taxa de risco" (ficou patente no meu artigo que o que caracterizou a S.N. foi precisamente o

tratar-se de empreendimento sem risco...). Vejamos então a rentabilidade média: é calculada dividindo o lucro médio anual pelo capital investido. Não contesto que tenha sido dessa ordem, o que contesto, e é essencial, é o valor desse critério — de um ponto de vista estritamente capitalista. E porquê? Para um pequeno accionista isto tem pouco significado: o dividendo que recebe é, aliás, ainda muito menor (tem andado na S.N. pelos 3-3,5 por cento), ou seja, certamente que poderia aplicar muito melhor o seu pequeno capital. Ora o que o sr. Champalimaud não diz é que, já em fins de 69, uma acção de 1000\$00 da S.N. valia na Bolsa 1830\$, sendo a última cotação em cada um dos anos seguintes: 1970 — 2650\$; 1971 — 3600\$; 1972 — 5580\$. Nas vésperas do 25 de Abril a acção ao portador situava-se em 14750\$. Isto é, um accionista que, por hipótese, tivesse em 1959 adquirido uma acção da S.N., e a vendesse em 1974, teria realizado uma operação com uma "taxa de juro" de 19,7 por cento... Convém aliás, preparando já o que vem a

TAXAS DE LUCRO DE EMPRESAS SIDERÚRGICAS

	LUCRO LÍQUIDO/ /VOL. VENDAS			LUCRO LÍQUIDO/ /CAP. PRÓPRIOS (2)			CASH FLOW (1)/ /CAP. PRÓPRIOS		
	1971	1972	1973	1971	1972	1973	1971	1972	1973
BRITISH STEEL CORPOR. (Grã-Bretanha) ...	NEG	N. D.	2,8	NEG	N. D.	6,5	9	N. D.	16,5
A. THYSSEN - HUETTE (Alemanha Federal) ...	0,6	0,6	1,4	3,2	1,4	4,9	49,4	21,2	31,6
KRUPP (Alemanha Federal) ...	0	0,2	0,9	4,2	4,9	5	20,6	18,8	23,6
HOESCH - HOOGOVENS (Alemanha - Holanda) ...	N. D.	1,4	2,2	N. D.	3	3,2	N. D.	17,8	12,9
USINOR/VALLOUREC (França) ...	1,8	1,5	1,5	4,6	4	4,9	22,8	23,4	36,7
RHEINSTAHL (Alemanha Federal) ...	NEG	NEG	0,03	NEG	NEG	0,14	N. D.	N. D.	12,2
SACILOR (França) ...	N. D.	NEG	0,7	N. D.	NEG	2,2	N. D.	NEG	22,9
ARBED (Luxemburgo) ...	1,5	0,3	1,6	2	1	8,4	11,1	9,8	19,3
SIDERURGIA NACIONAL ...	3,8	3,4	11,8	8,4	7,9	28,9	41,6	42,3	65,8

Fonte: Firmas estrangeiras — Revista «Visão», Outubro, 72-73-74.

S. N. — Relatórios da empresa.

(1) Cash flow = Lucro líquido + amortizações + provisões (dotação anual).

(2) Capitais próprios = Capital social + reservas + provisões acumuladas.

NEG — A empresa declarou prejuízos.

N. D. — Não disponível.

seguir, salientar que se as últimas cotações poderão vir empoladas pela desenfreada especulação, sobretudo em 73, as de 69 a 71 revelam a "confiança geral" no negócio da Siderurgia — ou então a Bolsa não serve para aquilo que os capitalistas dizem que serve, isto é, de "termómetro" da saúde das empresas. A menos que a Bolsa se tenha deixado influenciar por qualquer eng. Torres Campos...

Antes de passarmos à óptica dos "accionistas de controlo", deve ainda referir-se que aquele critério da taxa de lucro anual é muitas vezes utilizado para comparar as "performances", também anuais, de diferentes empresas. Pois para esse efeito, e não para analisar os proveitos a longo prazo dos accionistas, preparei um quadro que convido a examinar cuidadosamente, coluna por coluna. Nele são indicadas as rendibilidades médias nos últimos três anos dos maiores potenciais siderúrgicos europeus e da Siderurgia Nacional, segundo três distintos critérios: taxa de lucro sobre os capitais próprios, taxa de lucro sobre vendas e "cash flow" sobre capitais próprios. Dispensamo-nos de quaisquer comentários. E reenvio os leitores para o que disse, a propósito, no artigo em questão.

Enfim, os "accionistas de controlo", isto é, os verdadeiros empresários. O que lhes interessa é a taxa de lucro média ao capital, como qualquer "pato bravo" com "contabilidade de merceiro"? Então, professor Champalimaud, julgará que os alunos são todos ceguinhos? Qualquer empresário capitalista "moderno" avalia os seus investimentos de acordo com critérios mais rigorosos, de que o mais corrente é a chamada "taxa de rentabilidade interna". Diz-se que esta é, para um dado empreendimento, por exemplo, de 15 por cento (para retomar o número que citei), se o capital aplicado no dito empreendimento "gerar", num prazo determinado, fundos líquidos que o tornem equivalente a um empréstimo desse mesmo capital no mercado financeiro ao juro de 15 por cento. E, nestas condições, é sempre "interessante" um investimento que dê uma taxa de rentabilidade interna superior ao juro máximo que é possível obter no mercado financeiro. A data em que se lançou a S.N. este juro andaria pelos 7 por cento, e tem-se

mantido, ao longo dos anos, sempre abaixo dos 10 por cento (é sabido, aliás, que a S.N. obteve empréstimos do Banco de Fomento e do Estado a 4 e 5 por cento...). Donde, se se puder estimar aquela taxa, no caso da S.N., em 15 por cento — ou ainda que fosse 12 ou 13 por cento —, é evidente ter-se tratado — e continuar a tratar-se — de aplicação de que os accionistas se não podem queixar.

Ora bem, o cálculo que efectuei baseou-se nos seguintes pressupostos: que os 750 mil contos de acções estavam totalmente realizados em 1957 (a que se juntaram mais 97 mil subscritos pelo Estado em 62, em curiosas condições); que das amortizações anuais foram retirados montantes relativos a reembolsos dos empréstimos contraídos, de acordo com um esquema de financiamento que é conhecido, nas suas linhas gerais (1). Nessa base, e por simples aceitação dos valores publicados nos relatórios da S.N., a taxa de rentabilidade interna relativa ao capital social a que cheguei foi de 15,4 por cento. Daí que tenha dito, com razoável segurança, "superior a 15 por cento", dado que nem sequer contei com alguns aspectos fundamentais, que fariam ainda aumentar aquele valor. O mais importante é o facto de que aquele mesmo capital vai continuar em anos futuros a "produzir" lucros, o que contribuirá para fazer subir a referida taxa: pois se há unidades com 2 — 3 anos de laboração, se a do Porto ainda nem arrancou, se os preços foram recentemente aumentados, etc. — tudo isto sem que os accionistas tenham desembolsado mais um tostão. Em resumo, e ainda que tivesse cometido algum erro nos pressupostos, parece que aqueles 6,18 por cento merecem que os saudemos com uma nova e última gargalhada.

Quanto à inflação, não me venham com essa! Mas toda a gente sabe que são as empresas os "agentes económicos" menos prejudicados, ou mais beneficiados com ela. Ainda por cima, dada a estrutura financeira da S.N., a empresa terá transferido largamente a inflação para os seus credores financeiros (ou seja, para o Estado, em grande parte). Sem falar nas mil possibilidades que têm os grandes grupos financeiro-industriais de se defender ou aproveitar da inflação. Cito de novo o

último relatório da S.N.: "De facto, para além de parte dos resultados (do exercício) corresponder a vantagens de variações cambiais incidindo sobre quantias de vulto, os custos do exercício de 1973 foram muito favorecidos pelo recebimento de "stocks" anteriores a preços baixos e pela entrada de importantes fornecimentos de matérias-primas e de materiais ainda contratados antes da alta, parte dos quais beneficiaram também de transportes afretados em condições oportunas e felizes." Vá o sr. Champalimaud sugerir aos seus trabalhadores que comprem importantes "stocks" de açúcar ou de arroz "na baixa", para se defenderem da inflação, e verá os elegantes comentários com que o mimoseiam...

6 — Para fechar, gostaria de aconselhar o Estado, caso pense em nacionalizar a Siderurgia Nacional, ou em aumentar a sua participação accionista, a adoptar para certos os valores do sr. Champalimaud, e não os meus. Com efeito, dada a mesquinhez do negócio, não duvidamos que aquele senhor esteja disposto a ceder as suas posições por uma tuta e meia... E, entretanto, aconselhá-lo-ia a ele a não abusar de expressões como "aprendiz de feiticeiro"...

7 — Mas para quê tudo isto se a Siderurgia Nacional já é "propriedade da Nação"? Não diz o sr. Champalimaud que "a prova disso está em que ninguém conseguiria, mesmo que pretendesse, transportá-la para fora de Portugal"?! Aqui, desculpem, não posso continuar: começa a doer-me o estômago!

(1) — Com efeito, é sabido que a S.N. se financiou inicialmente por obrigações subscritas pelo Estado e pela Previdência, e que, mais tarde, contraiu novos empréstimos junto do B.F.N. e da Caixa Geral para solver os seus compromissos com o consórcio fornecedor. A partir de 70 tivemos em conta um considerável aumento de reembolsos, pois a segunda fase foi realizada "totalmente a crédito" (mais outros que se "iludiram" quanto à prosperidade da empresa...)

TELEVISÃO

VOLTOU O RAUL!

"Risoflé-Risoflá" começou por me pregar um susto quando verifiquei, logo de início, que a fórmula era a mesma que matou um programa logo ao primeiro arranque, há poucos meses. Sim, o figurino é idêntico, mas o texto é melhor e os comediantes também. E melhor também o ritmo, que encontrou no encarregado da montagem um executante esplêndido. Mas cuidado com as anedotas velhas e relhas (com barbas), cuidado com números como o do locutor de noticiários e o dos prémios do bolo-rei. Este primeiro programa assentou em dois pontos fortíssimos: Raul Solnado e José Afonso. Depois teve o apoio sólido de Fernanda Borsatti e Canto e Castro. Seria difícil falhar. Solnado, um actor que entrou na perfeita maturidade do seu talento, é senhor, agora, de uma admirável sobriedade, o que pode espantar num cómico de veia latina. Solnado brilhou a grande altura, sem recorrer a quaisquer truques ou cordelinhos da profissão, fugindo a trejeitos, galhofas, pulinhos, esgares e palhaçadas. Os seus olhos fizeram tudo o que havia a fazer, com uma extraordinária inteligência e, a acompanhá-la, uma economia de gestos como só um grande actor é capaz. Como chefe da equipa de "Risoflé-Risoflá", precisa, agora, de cuidar mais do texto, que francamente me pareceu frouxo, com excepção do discurso hilariante, escrito para a máscara de Salazar. A presença de José Afonso foi de grande riqueza, porque ele é o maior poeta da Revolução, um dos seus arautos sem medo, claro, límpido e desdenhoso de favores de popularidade. Fosse eu o dono de "Risoflé-Risoflá" e nunca mais o dispensava. Quando se tem nas mãos um artista deste quilate, deixá-lo fugir equivale a desastre.

Não foi apenas o momento do discurso na Assembleia um dos instantes mais altos do programa, porque Solnado em Tomás e todas as intervenções do mesmo actor e dos seus companheiros Borsatti e Canto e Castro mereceram franco aplauso. Repita-se que Raul Solnado venceu, portanto, em toda a linha e acertou no seu



alvo logo à primeira, confirmando a sua posição de atirador especial na galeria dos nossos cómicos.

"Risoflé-Risoflá" foi antecedido de uma conversa absolutamente inútil, mesmo despropositada, entre Fialho Gouveia e Carlos Cruz. Uma dona de casa que tem a consciência de ir oferecer um bom jantar não conta aos seus convidados o que vai dar de comer e muito menos as receitas da sopa, do assado e da "mousse". Põe a comida na mesa e depois sujeita-se ao que acontecer. Passado o diálogo fastidioso, apareceu Paulo Renato, em excelente forma, a comentar os benefícios e males da televisão, valorizando um texto já de si incisivo, directo e de boa sátira. A emissão começou, portanto, com o pé direito.

Na noite anterior, tivemos, de novo, teatro de grande luxo, um "Mercador de Veneza" transportado para o século XIX e com o prodigioso Olivier no protagonista. Será possível representar melhor? Será possível servir Shakespeare com maior riqueza? Lawrence Olivier, que já se sublimara dando-nos "Otelo", "Ricardo III", "Macbeth", "Lear" e tantas outras personagens do Grande Bill, além de criações de Sófocles, Tchekov, Bernard Shaw e Sheridan, que ficaram igualmente célebres, surge-nos neste "Shylock" na apoteose do seu virtuosismo de comediante solista, de concertista maravilhoso que deixa o espectador agarrado à cadeira, quase sem respiração. Com Joan Plowright e Jeremy Brett, além de todos os outros intérpretes, assistimos a um concerto de música de câmara como costumava interpretá-los o inesquecível quarteto de Budapeste. Com actores desta

classe à parte, é bem verdade, como tantos têm dito, que Shakespeare não tem idade nem lugar, porque tanto pode ser representado em Londres como em Ceilão, tal a universalidade e actualidade dos seus conflitos. Mas ninguém o interpreta como os ingleses, não apenas porque servem uma linguagem que é a deles mas também porque os mesmos ingleses têm os melhores actores do mundo, já que o teatro lhes circula no sangue. Eles são imbatíveis e o seu grande campeão olímpico é Olivier. Nunca será excessivo colocar este homem nas nuvens, porque ao longo de uma carreira insuperável ele tem provado uma versatilidade de tal forma ofuscante, que afasta para segundos planos, aliás honrosos, brilhantes, compatriotas da craveira de John Gielgud, Ralph Richardson, Alec Guinness, Eric Portman, John Wood e muitos mais.

Para os jornais, a RTP mandou notícias de programas a estrear durante este primeiro trimestre de 1975. Há muitas promessas a que vamos estar atentos, não vá o diabo disparar uma tranca. A primeira já foi cumprida com "Risoflé-Risoflá" e, felizmente, o tiro não saiu pela culatra. Com o atirador especial que lá tem seria difícil.

FRANCISCO MATA

IMPrensa

OS JORNAIS PARTIDÁRIOS EM PORTUGAL (I)

Portugal viveu depois do 25 de Abril o desflorar partidário. Brotando da clandestinidade ou de conspirações de gabinete, partidos, organizações, movimentos, ligas surgiram à luz do dia, aos olhos de uma maioria de portugueses virgem para a política e para os seus segredos. Mas em política não há efectivamente segredos: há, sim, a verdade e a sua mistificação ao serviço de interesses antagónicos que politicamente se organizam para um combate histórico que se vem prolongando e actualizando desde a existência da sociedade humana.

Pergunte-se: são tantos os interesses que se justifique a existência de tantas organizações partidárias, à esquerda, ao